

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.537 - SP (2019/0244920-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -**
SP344647
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091
RECORRIDO : **ELZA MARTINS**
RECORRIDO : **MARIA APARECIDA RAMPINELLI BATISTELI**
RECORRIDO : **CLEIDE CRISTINA OLLER PEREIRA**
RECORRIDO : **VANIR BUENO PINEDA**
RECORRIDO : **JURANDIR TODINO**
RECORRIDO : **ISOLINA LOPES MARTINS**
REPR. POR : **MARIA AMELIA MARTINS DOS SANTOS**
RECORRIDO : **MARIA APARECIDA QUINALIA**
RECORRIDO : **SEBASTIAO JOSE DOS SANTOS**
RECORRIDO : **VALDIR APARECIDO ORTOLAN**
RECORRIDO : **JOSE ROBERTO ORTOLAN**
RECORRIDO : **ROSEMEIRE CRISTIANA ORTOLAN RODRIGUES**
RECORRIDO : **JOSE ANDRE CONTARINI**
RECORRIDO : **APPARECIDA CAZZOLATTO CONTARINI**
ADVOGADO : **AFONSO GABRIEL BRESSAN BRESSANIN - SP263777**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, no qual se discute o interesse da CEF nas ações que envolvem contrato de financiamento regido pelo Sistema Financeiro de Habitação com cobertura pelo FCVS e a consequente competência para julgamento dos respectivos processos.

É O RELATÓRIO. DECIDE-SE.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar

Superior Tribunal de Justiça

os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia. Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos _ cuja questão é objeto de debate _ à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE 827.996/PR, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora